

ESTUDOS NIETZSCHE

VOL. 15 – N. 01 ISSN 2179 – 3441

Resenha de MARTON, Scarlett. *Nietzsche, filósofo da suspeita*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

Danilo Bilate 

Departamento de Filosofia da UFRRJ, PPGFIL-UFRRJ e PPGF-UFRJ, Seropédica/Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Contato: danilobilate@gmail.com

A segunda edição de *Nietzsche, filósofo da suspeita* de Scarlett Marton evidencia o merecido sucesso de vendas de um livro introdutório à obra nietzschiana, escrito por uma das maiores especialistas em seu pensamento. É a própria autora quem descreve a dificuldade em se escrever uma introdução à filosofia de um clássico. Após dizer que textos desse tipo talvez sejam “os mais trabalhosos de elaborar”, ela explica as razões disso: “exigem do autor profundo conhecimento do assunto, acuidade para articular ideias, perspicácia para selecionar problemas – e, ainda, o tom adequado para falar ao público, com rigor e simplicidade, sobre as questões mais complexas” (pp. 133-134). Ora, ninguém negará que sobra à Scarlett Marton todas essas qualidades e a leitura dessa segunda edição só o faz provar. Apenas este meu primeiro parágrafo sintetiza tudo aquilo que importa dizer em uma resenha sobre esse pequeno grande livro. Contudo, é ainda esse mesmo trecho de sua descrição que nos convida a conversar com a autora. Afinal, diz ela, na sequência: “é ingênuo supor que eles sejam meramente descritivos; sempre revelam um *partis pris* de leitura” (p. 134). Conversemos.

A tomada de partido de Marton se faz ver em duas frentes. Uma delas se refere a questões concretas dos estudos sobre Nietzsche, mas a que nos importa é a que se dá no

campo propriamente teórico. Haverá muitos leitores experientes de Nietzsche que concordarão com todos os pontos ali defendidos. Outros, como eu, concordarão com a maior parte. Dificilmente haverá os que concordem apenas com poucos. Tudo isso se explica, ao mesmo tempo, pela alta competência da autora e pelo caráter perspectivo de toda leitura.

Falemos rapidamente sobre os pontos de total concórdia. Sim, Nietzsche é filósofo (cap. 2) e não apenas um escritor entre tantos (pp. 11-13) nem um poeta que enlouqueceu (pp. 13-15). Seu posicionamento antissistema é proposital e bem fundamentado (pp. 16-17), suas contradições não enfraquecem seu pensamento, mas são sinal de seu experimentalismo (pp. 18-19; p. 37). Filósofo cuja densidade foi ignorada pela moda (p. 28), não foi apenas destruidor de valores, mas criador (p. 31). Sua oposição à tradição metafísica vigente é marca de sua filosofia dionisíaca que reconcilia homem e mundo (pp. 35-36). Abusado por uma apropriação nazista indevida (cap. 3), não é um autor nacionalista (pp. 40-41) nem antisemita (pp. 41-43). Tampouco Nietzsche foi um “irracionalista” (cap. 4), mas a aparência de sê-lo se deve às suas provocações (cap. 5). Que ele é “operante” (pp. 103-104), tem seguidores importantes (pp. 104-105), que ele é fascinante – ainda que possa ser aversivo a alguns leitores – (pp. 105-107), com tudo isso concordo. Há outros pontos que eu poderia listar aqui, mas sabemos que o lucro será maior com a leitura direta do excelente livro.

Também o título é o melhor que poderia haver: “Nietzsche, filósofo da suspeita”. De tantas boas caracterizações possíveis do autor alemão, a de pensador da suspeita é simplesmente perfeita. Sem dúvida, como a autora destaca com frequência, Nietzsche nos ensina a suspeitar. O que acredito, porém, é que devemos suspeitar do próprio Nietzsche e de nós mesmos, enquanto seus leitores, e é daqui que posso fazer esta conversa render um pouco mais. Ao iniciar o livro tratando de “Nietzsche e suas provocações”, Marton acerta em considerar o filósofo como “um dos mais controvertidos de nosso tempo” (p. 7) e com a conclusão de não ser “por acaso que sua obra será desacreditada, distorcida, deturpada” (p. 8). Como ela deixa implícito, ele é controverso e tem sua obra desfigurada muito provavelmente porque mostra, “ao contrário do que supomos”, que “o bem nem sempre contribui para o prosperar da humanidade e o mal, para a sua degeneração” (p. 7). Essa frase, corretíssima, merece ser por nós desenvolvida, pois é aqui que está o nó da questão. Suspeitar do próprio Nietzsche implica em suspeitarmos, na mesma medida, dos valores que carregamos conosco e do quanto eles estão em jogo quando o lemos, tensionando nossos desacordos e acordos com ele. Afinal, estamos dispostos a lutar contra a degeneração da humanidade, cultivar seu florescimento, mesmo que, para isso, tenhamos que aceitar o

“mal”? Caso não estejamos e, por isso, queiramos negar a imoralidade de Nietzsche, isso não seria tão suspeito quanto atacá-lo por sua imoralidade?¹

A indevida apropriação nazista de Nietzsche foi grave, como Marton explica muito bem, especialmente no terceiro capítulo de seu livro. Entretanto, parece-me que não nos atentamos ainda para um, em particular, dos efeitos nocivos dessa injustiça, talvez por ser um efeito secundário, um desdobramento, a saber: que a necessidade de esclarecer os fatos, distanciando o filósofo alemão desse movimento político abominável, fez-nos perder de vista que Nietzsche é, sim, um imoralista, característica da qual ele tinha muito orgulho e se dava frequentemente. Deixemos as coisas mais claras. Marton pergunta em um de seus subcapítulos – e a questão é apropriada e pô-la é, por si só, excelente – se Nietzsche é um “apologista da força bruta” (p. 43), para defender que não. Para fazê-lo, ela precisa abordar a noção de *Wille zur Macht*, vontade de poder ou vontade de potência, a depender da tradução. Muitas vezes, detalhes de tradução são apenas detalhes. Aqui não. Disso bem sabe Marton, que escreve: “A meu ver, traduzi-la por vontade de poder, como preferem alguns, pode induzir o leitor a graves equívocos. Dentre eles, está o de tomar o vocábulo ‘poder’ estritamente² no sentido político, contribuindo assim para reiterar as apropriações nazistas do pensamento nietzschiano” (p. 44). Ocorre que deixando de lado a palavra “poder”, para dela suavizar o sentido político, pondo em seu lugar “potência”, opta-se por evitar o risco de contribuir para o “grave equívoco” das “apropriações nazistas” e ganha-se o efeito colateral de suavizar Nietzsche. Vejamos. Quando Marton escreve que “associar a concepção de vontade de potência a um desejo de dominação política, remeter a noção de além-do-homem à ideia da superioridade da raça ariana: essas foram algumas das principais estratégias adotadas pelos ideólogos do nazismo” (p. 55), ela acerta. Porém, as consequências abusivas dessas estratégias não desmerecem, por princípio, os seus fundamentos teóricos. Mais especificamente sobre tais fundamentos, devo dizer que a falta de sustentação, no pensamento nietzschiano, da superioridade ariana não desmente que a concepção de vontade de poder remete *também* ao desejo de dominação política.

O tema que escolhi para essa pequena conversa parece interessar muito a autora. Ela volta a tratá-lo regularmente e sempre para distanciá-lo da apropriação indevida que dele fez o nazismo, assinalando todas as vezes em que a noção de vontade de poder excede o campo político. Por exemplo, ao afirmar: “É descabido, pois, tentar examinar a consistência teórica das ideias políticas do filósofo, tendo em vista a noção de poder no sentido estrito do termo. E isso antes de tudo porque não é nesse contexto que elas se encontram” (p. 70). Mais uma vez, Marton muito apropriadamente fala em “sentido

¹ Esse segundo caso tem como exemplo mais notável Domenico Losurdo, mais substancialmente em *Nietzsche, o rebelde aristocrata*, assim traduzido para o português e publicado em 2009 pela editora Revan.

² Atentemos para essa palavra, cujo uso é apropiadíssimo.

estrito”, assim como antes havia usado o advérbio “estritamente”. Esse importante fato parece ser um sinal de que talvez não estejamos em desacordo completo nesse ponto, mas que a autora simplesmente deu maior ênfase ao que lhe importava dar.

Vejamos alguns poucos exemplos, apenas da terceira parte de *Assim falava Zaratustra*, que colocam em questão essa ênfase: “*Volúpia, anseio de domínio* [Herrschaft], *egoísmo*: essas três foram até agora as mais bem amaldiçoadas e mais terrivelmente caluniadas e aviltadas – essas três vou agora sopesar humanamente bem” (ZA III, Dos três males 1). Realmente, Zaratustra as sopesa positivamente, dando notadamente ao anseio de domínio a honrosa nomeação de virtude dadivosa (Cf. ZA III, Dos três males 2). Mas do que se trata? “Assim exige meu grande amor aos mais distantes: *não poupes teu próximo!*” (ZA III, Das velhas e novas tábuas 4). Muitos comentadores quiserem ver nessa e em passagens semelhantes apenas um jogo retórico. Contudo, é Zaratustra quem pergunta: “Ó meus irmãos, então sou cruel?” (ZA III, Das velhas e novas tábuas 20), para indiretamente responder: “Onde se acha o grande perigo para o futuro do homem? Não se acha nos bons e nos justos? *Destroçai, destroçai* [zerbrecht] *os bons e os justos!* – Ó meus irmãos, compreendestes também essas palavras?” (ZA III, Das velhas e novas tábuas 27). Zaratustra duvida da compreensão de seus ouvintes e antevê a reação repulsiva que palavras tão duras causariam: “Fugis de mim? Estais apavorados? Tremeis ante essas palavras?” (ZA III, Das velhas e novas tábuas 28).

Escapa a uma mera resenha a possibilidade de me aprofundar nesse ponto, mas devo alertar leitores mais inexperientes que essas passagens de Zaratustra encontram eco em muitas outras, sobretudo nas que tratam do além-do-homem e dos elogios a Napoleão Bonaparte e César Bórgia. Voltemos a Marton. Diz ela: “Entender a vontade de potência como apologia do desejo de dominação política é resultado de uma atitude que se limita a ater-se a fórmulas isoladas, sem levar em conta a argumentação desenvolvida por Nietzsche em seus textos” (pp. 44-45). Sim, há várias passagens que mostram que o filósofo utiliza a noção de vontade de poder para tentar descrever a *physis*, alargando o seu sentido político para alcançar o domínio físico ou ontológico. Não sendo adequado isolar fórmulas, é verdade, perguntemos: quais fórmulas podemos privilegiar, então? Uma saída possível para fugir da acusação de uma leitura limitada ou estreita é investigar se para Nietzsche é precisamente quando o político não acompanha a natureza que ele decai, sendo essa o critério último para a avaliação da força política.

Como quer que seja, o “zerbrecht” de Zaratustra é o que inegavelmente causa mais arrepios em todos nós. Sem dúvida, Nietzsche idealiza tipos, sobre isso a literatura é abundante, e é disso que se trata frequentemente quando ele fala de nobres ou escravos. Mas a simples leitura da *Genealogia da moral* deixa patente que ele não marginaliza os seus exemplos históricos concretos, ainda que se sirva deles para elaborar uma tipologia. Outra coisa é afirmar que, sabendo que “o forte desafia todos os seus pares”, Nietzsche “não identifica a precedência com supremacia nem confunde o combate com

extermínio”, de maneira que “mais próxima de um jogo que da guerra total, a luta é sempre pela precedência, nunca pelo aniquilamento do adversário” (p. 63). Esqueçamos a polêmica da besta loira, irrelevante, porque de pouca base textual, aliás corretamente posta de lado por Marton. Qual seria o sentido, antes, do elogio que o filósofo faz à Roma e, especialmente, a Júlio César e a todos os grandes conquistadores? Nietzsche é cauteloso ao fazer seu Zarathustra elogiar o mal como “a melhor força do homem” (ZA IV, Do homem superior 5), pois sabe que lida com leitores que tremerão ante essas palavras. Que haja quase silêncio, com apenas sussurros a respeito, não nos parece autorizar, contudo, a entender a guerra *estritamente* como “jogo”, ainda que essa noção deva ser levada em conta para o alargamento semântico que Nietzsche propõe e do qual Marton tem consciência.

Muitos outros temas abordados em *Nietzsche, filósofo da suspeita* gerariam outras diferentes conversas, a depender de cada leitor e de seus interesses próprios. Isso só faz provar a qualidade do livro. Que o filósofo alemão seja fascinante, como Marton lembra por se tratar de um texto introdutório, já sabíamos. Mas esse é o adjetivo apropriado também para o seu próprio trabalho, do qual a leitura é altamente recomendada.

Recebido: 12/06/2024
Aprovado: 19/07/2024

Received: 12/06/2024
Approved: 19/07/2024